
*Biografia e regimes de historicidade*¹

*Benito Bisso Schmidt**

Resumo: O artigo aborda, inicialmente, a trajetória do gênero biográfico no campo do conhecimento histórico a partir da noção de “regimes de historicidade”, na forma como é proposta por François Hartog. A seguir, analisa algumas controvérsias que cercam os estudos biográficos na atualidade, propondo alternativas para superá-las.

Abstract: The article deals, initially, with the path of the biographic genre in the field of historical knowledge according to the notion of “regimes of historicity” as it is proposed by François Hartog. Then it analyses some controversies around current biographic studies proposing alternatives to overcome them.

Palavras-chave: biografia, regimes de historicidade, historiografia.

Key words: biography, regimes of historicity, historiography.

Introdução

A biografia voltou a ocupar um lugar de proa na historiografia contemporânea. Prova disso é que, a partir de meados dos anos 80, alguns dos mais renomados historiadores da atualidade consagraram trabalhos ao estudo de trajetórias individuais.² Sintoma da crise dos grandes paradigmas explicativos? Manifestação acadêmica do individualismo que marca a nossa época? Concessão ao gosto popular por fofocas e mexericos? Muitas são as tentativas de explicar o “retorno” e o sucesso do gênero, mas é difícil negar a sua importância na reflexão atual sobre o conhecimento histórico.

O presente artigo não busca, obviamente, dar conta de toda a complexa gama de questões suscitada pela biografia histórica, mas apenas situar e analisar algumas delas. Em primeiro lugar, pretende-se rastrear a trajetória desse gênero a partir da noção de regimes de historicidade, a fim de mostrar

* Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS; *e-mail*: bbisso@yahoo.com

que certas questões e problemas a ele relacionados já possuem uma longa tradição de estudos e debates; a seguir, tenta-se mapear algumas controvérsias que cercam as biografias, propondo alternativas para superá-las.

Encontros e desencontros entre história e biografia

Em seu sentido lato, de escrito que tem por objeto a história de uma vida particular, a biografia está ligada ao próprio surgimento da história como forma de conhecimento do mundo. Para examinar a trajetória das relações entre história e biografia, valho-me da noção de regimes de historicidade, na forma como é proposta por François Hartog (1997, p. 8), ou seja,

[...] como uma formulação sábia da experiência do tempo que, em retorno, modela nossos modos de dizer e de viver nosso próprio tempo. Um regime de historicidade abre e circunscreve um espaço de trabalho e de pensamento. Ele ritma a escritura do tempo, representa uma “ordem” do tempo, à qual se pode subscrever ou, ao contrário (e mais freqüentemente), querer escapar, procurando elaborar uma outra.³

Pode-se dizer que, pelo menos até o final do século XVIII e início do XIX, as biografias acompanhavam um regime de historicidade que buscava, no passado, exemplos, positivos ou negativos, para as ações tomadas no presente: era a chamada “história mestra da vida” (*historia magistra vitae*), pela qual cabia ao passado iluminar o futuro. Esta “[...] repousava sobre a idéia de que o futuro não repetia o passado, porém não o excedia jamais (movia-se no interior do mesmo círculo, com as mesmas regras do jogo, a mesma providência e os mesmos homens, partilhando a mesma natureza humana)” (Hartog, 1997, p. 9-10). Essa fórmula remonta a Cícero, mas os gregos já a praticavam desde o século IV a.C., senão já no século V a.C, com Tucídides.

As *Vidas paralelas*, de Plutarco, são um bom exemplo dessa forma de se conceber e de se escrever a história. Em uma formulação célebre, o autor explicitou suas motivações para apresentar as vidas dos grandes homens da Antiguidade: “a história dos grandes homens é como um espelho que eu olho a fim de trabalhar para, em alguma medida, regrav a minha vida e me conformar à imagem de sua virtude” (apud Frazier, 1996).⁴ Segundo Françoise Frazier (1996, p. 277), em Plutarco percebemos uma íntima ligação entre moral e história, pois ele busca, no passado, ensinamentos para o presente através do exemplo de seus personagens:

Plutarco desenvolve uma lição de civismo e desenha um ideal de homem da cidade nutrido pelo passado e, no entanto, profundamente atual. A escolha que ele fez de contar as “Vidas” de grandes homens do Estado do passado não deve ser confundida,

de maneira alguma, com um *laudatio temporis acti* nostálgico [...] suas biografias tentam recuperar a herança grega para nutrir a vida da cidade moderna.⁵

Tal perspectiva foi retomada pelo Cristianismo e pelos historiadores medievais expressando-se, de forma muito nítida, nas hagiografias, as vidas de santos, cujo objetivo era, sobretudo, pedagógico: mais do que apresentar a vida de um homem, essas narrativas edificantes ofereciam modelos de conduta, de virtude, de caridade, de castidade, de fé, etc. Segundo Jacques Le Goff (1989, p. 50), tratavam-se de “[...] biografias retocadas e seguidoras de modelos estereotipados e normativos”.

A partir do final da Idade Média, percebe-se uma progressiva transformação na escrita biográfica e também autobiográfica. De acordo com Philippe Lejeune (1993, p. 9-10), “[...] aparecem, então, ao lado das obras de inspiração religiosa, os livros de razão, as histórias de vida de pessoas mais comuns, menos exemplares”. Para o autor, no século das Luzes, com a idéia de que “todos os homens nascem livres e iguais em direito”, torna-se “[...] pensável e legítimo para todos e cada um contar a sua vida”. Essa mudança pode ser ilustrada pelas diferenças existentes entre duas célebres “Confissões”, a de Santo Agostinho e a de Rousseau: se a primeira é o relato de uma conversão, da passagem do vício à virtude; a última aparece como a tentativa de expressar, da maneira mais sincera possível, a vida do autor, inclusive com seus pecados, em uma espécie de protesto contra a hipocrisia vigente (Bonhôte, 1988). Lejeune (1993, p. 11) chega a considerar que a obra de Rousseau marca “[...] a reviravolta de toda uma época”. O que se verifica, portanto, é a constituição de um novo regime de historicidade no qual cabe ao futuro esclarecer o passado:

As lições da história são substituídas pela exigência de previsões. O historiador não mais elabora o exemplar, mas ele busca o único. Na *historia magistra*, o exemplo ligava o passado ao futuro através da figura do modelo a imitar. Com o regime moderno, o exemplar, como tal, desaparece para dar lugar àquilo que não se repete. O passado está, por princípio, ultrapassado. O futuro, isto é, o ponto de vista do futuro domina. [...] Este futuro que esclarece a história passada, este ponto de vista e este *telos* que lhe dão sentido, adquiriu, sucessivamente, com as vestes da ciência, a imagem da Nação, do Povo, da República ou do Proletariado. Se ainda resta uma lição da história, ela vem, por assim dizer, do futuro e não mais do passado. Ela está em um futuro que acontecerá como diferente do passado [...] (Hartog, 1997, p. 9).

É nessa concepção “futurista”, base da ideologia do progresso, que se apoiam algumas das grandes filosofias da história do século XIX como o

positivismo e o marxismo. Em ambas, as transformações históricas aparecem como produtos de forças (leis naturais e imutáveis) impessoais, cabendo ao indivíduo uma ínfima margem de atuação. Também os grandes historiadores do século XIX, como Michelet e Lavissee, ancoraram suas narrativas em noções coletivas como “povo” e “nação” (Weinberg, 2000, p. 24).

Enfim, neste regime moderno de historicidade – no qual não cabe à história oferecer exemplos para o presente mas, ao contrário, projetar o futuro e perceber como ele esclarece o passado –, a biografia acabou sendo exilada dos domínios da historiografia. Paradoxalmente, o século XIX marca o triunfo do eu, do individualismo, da introspeção, que se manifesta das mais variadas formas: nos auto-retratos, no gosto pelos diários e memórias, no romance, na autobiografia. Desnudar-se, revelar-se, conhecer-se são palavras de ordem da burguesia oitocentista (Gay; *Romantisme*, 1999, 1987). A biografia também desponta nesse panorama, especialmente no campo literário. Conforme Tadié (1970, p. 44), “o século XIX inteiro fala na primeira pessoa. Em todos os gêneros literários, para além de todas as escolas, e mesmo nas reações as mais anti-românticas na aparência, a subjetividade se afirma como em nenhuma outra época”. Rodrigues (1978, p. 203), de outro ponto de vista, considera que a narração histórica de vidas individuais encontrou, apesar de suas tradições clássicas, um forte estímulo com o advento da sociedade burguesa, essencialmente individualista. Segundo ele, a biografia foi um elemento importante na difusão da mística do individualismo burguês, orientando-se para a descrição não apenas de vidas, mas de sociedades que se curvavam frente à onipotência de indivíduos geniais. Uma grande parte das obras biográficas escritas nos finais do século XIX e princípios do século XX testemunham um ideal de sociedade onde os homens capazes encontrariam abertas todas as possibilidades de sucesso. Apesar de ser também o século da descoberta da multidão (com Le Bon, Tarde, entre outros), ou talvez por causa disso,⁶ o século XIX dá proeminência ao indivíduo como fonte de inspiração e objeto de reflexão.

Hartog (1997, p. 10) salienta que o regime de historicidade

[...] não é uma entidade metafísica, vinda do céu, mas um plano de pensamento de longa duração, uma respiração, uma rítmica, uma ordem do tempo, que permite e proíbe pensar certas coisas. Contestado tão logo de sua instauração, um regime de historicidade reformula, “recicla” os elementos anteriores da relação de tempo, a fim de fazer com que ele diga outra coisa, de outra maneira [...]. Um regime, finalmente, jamais existe em estado puro.

Assim, o regime moderno de historicidade e o (ínfimo) papel nele ocupado pelo gênero biográfico foram alvo de críticas desde o seu surgimento.

Thomas Carlyle (1997, p. 23-55), por exemplo, ainda em 1840, deplorava o fato de viver em uma época cética: “o período no qual nós vivemos [...] parece negar a existência de grandes homens, e negar mesmo que sua existência seja desejável”. Para ele, os opositores da concepção heróica da história viam o “grande homem” como um “produto de sua época”, posição criticada pelo autor: “um homem não pode dar prova mais tristemente espetacular de sua própria pequenez que ao se negar a crer nos grandes homens”. Na visão de Carlyle, “[...] a História Universal [...] não é no fundo outra coisa que a história dos grandes homens. [...] É justo considerar que a alma de toda a História do mundo é a História de seus heróis. [...] A História do mundo não é mais que a biografia dos grandes homens”.

Léon Tolstói (1974, p. 780, 785) também participou desse debate, tecendo uma crítica à perspectiva da história heróica: “Para o historiador, que examina o papel de um personagem histórico na realização de algum objetivo único, existem os heróis. Para o artista, que examina as reações de um personagem em todas as condições da vida, ele não pode e não deve ter heróis, mas ele deve ter homens comuns”. O romancista, referindo-se à invasão napoleônica na Rússia, escreveu: “um acontecimento no qual milhões de homens se mataram, onde mais de meio milhão encontraram sua morte, não pode ter por causa a vontade de um só homem [...] há uma infinidade de causas e nenhuma delas pode ser chamada de a verdadeira causa”.⁷

O século XIX foi marcado pela discussão a respeito do papel do indivíduo na História. Essa, à medida que se constituía como uma disciplina autônoma e com pretensões científicas, acabou menosprezando o estudo de trajetórias individuais, estigmatizando a biografia como um gênero menor, mais próximo do anedótico e do antiquarismo dos amadores.

De acordo com Hartog (1997, p. 11-13), no século XX, progressivamente, instaura-se um novo regime de historicidade, o presentismo, que, contra a celebração do passado e a idéia de progresso, afirma o presente como único tempo possível:

contra o passado, que é também a morte coloca-se na frente a vida e o presente. [...] Passou-se, portanto, em nossa relação de tempo, do futurismo para o presentismo: para um presente que é, para si mesmo, seu próprio horizonte. Sem futuro e sem passado, ou gerando, quase diariamente, o passado e o futuro de que necessita cotidianamente. O *slogan* “Tudo, imediatamente!”, pichado nos muros de Paris, em 68, é um bom exemplo dessa “hipertrofia do presente”.

A historiografia respondeu a essa mutação, de forma nem imediata nem direta, voltando sua atenção para outras temporalidades como a “longa

duração” braudeliana ou a “história imóvel” de Le Roy Ladurie, ou ainda, no plano das mentalidades, a “história antropológica” de Le Goff. Obviamente que, nessa perspectiva, a biografia – ligada a uma temporalidade curta, *événementielle*, cronológica, mais próxima do cotidiano – tinha um espaço muito pequeno. Como afirma Le Goff (apud Weinberg, 2000, p. 24), “houve – de forma particularmente sensível no movimento dito dos ‘Annales’ – uma eclipse da biografia histórica no coração do século XX”.⁸ Contudo, nesse período, as biografias de personagens célebres continuaram a chegar nas livrarias, atendendo ao gosto de um público sempre ávido por títulos como “A vida secreta de...”, “Os segredos de...” etc.; mas tais obras eram menosprezadas pelos historiadores “científicos”, preocupados com o estrutural e o coletivo.

Segundo Hartog (1997, p. 15), o presentismo vai conhecer fissuras sobretudo a partir dos anos 80:

Este presente, já inquieto, descobriu-se em busca de raízes e de identidade, preocupado com a memória e as genealogias [...], preocupado com a conservação (de monumentos, de objetos, de modos de vida, de paisagens, de espécies animais) e ansioso pela defesa do meio ambiente [...]. Como se se desejasse preservar, de fato reconstituir, um passado já desaparecido ou a ponto de apagar-se, sem volta.

Incapaz de saciar-se por si mesmo, esse presente busca uma identidade: a moda “retrô”, o gosto por filmes e romances históricos e o interesse pela memória, pelo patrimônio e pelas comemorações de efemérides nacionais são sintomas importantes das “falhas do presentismo”. No campo da historiografia, a obra emblemática dessa tendência é *Les lieux de mémoire*, organizada por Pierre Nora entre 1984 e 1993 (cf.: Annales HSS – dossiê *Le temps désorienté*, 1995).

Talvez seja possível pensar que o dito “retorno” do biográfico também acompanha essa onda de interesse pela história-memória. Nesse sentido, os personagens do passado “ressuscitariam” – ou, mais precisamente, seriam recriados – a fim de servirem como referências para o presente e como recordações de um passado idealizado; em todo caso, como constitutivos de uma suposta identidade de classe, de gênero, racial, geracional, regional, nacional, etc.

Arnaud (1989, p. 44-45), de forma semelhante, também relaciona o interesse atual pela biografia com a busca de uma identidade por meio da história-memória:

Um traço mais geral joga [...] em favor da biografia: no crepúsculo de um século XX objetivamente acabado, a cultura parece tomada de pânico diante do desmoronamento não numérico, mas

qualitativo do escrito. Diante do impulso de sua rival “macluhaniana”, a galáxia Gutemberg faz o recenseamento de seus bens. Fazer o inventário dos modos de pensar, de viver, de escrever, recapitular as personalidades, as formas e os comportamentos aparece como a última ambição coroada de um sucesso público. A Europa extrai da desordem seu último (?) fogo de artifício antes da grande conversão ao universo visual, espacial, anti-histórico, pós-literário – à “aldeia universal” sob dominação americana. Reação um pouco medrosa, sobressalto de um olhar em migalhas que tenta se reconstituir através de diversos museus, dicionários e enciclopédias que pululam hoje, mas que escapam, por seu próprio fracionamento, ao objetivo ao qual se propõem secretamente [...]. Sintoma entre outros, a onda da biografia aparece como uma resposta instintiva, uma defesa quase cega, aos empreendimentos que visam, depois da Primeira Guerra Mundial, aos fundamentos da ordem, da estética e do eu. À representação de uma sociedade de estruturas onipotentes e de um indivíduo plástico – “coloidal”, dizia Muzil – sucedeu aquela de uma sociedade flexível e de um eu todo poderoso.

No campo do conhecimento histórico, e também no da literatura (Arnaud, 1989), a retomada dos estudos biográficos relaciona-se igualmente com a crise do paradigma estruturalista, segundo o qual a história deveria, “antes de mais nada [...] identificar as estruturas e as relações que, independentemente das percepções e das intenções dos indivíduos, comandam os mecanismos econômicos, organizam as relações sociais, engendram as formas do discurso”. Em contrapartida, os historiadores atuais “quiseram restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais” (Chartier, 1994, p. 101-102). Segundo o depoimento de Guenée (apud Le Goff, 1989, p. 48):

Parecia-me que o estudo das estruturas era insubstituível. Ele iluminava o passado com uma maravilhosa coerência. Mas tornava-o muito simples. E uma biografia permite lançar um primeiro olhar sobre a opressiva complexidade das coisas. O estudo das estruturas me parecia também dar um espaço demasiadamente grande à necessidade. [...] Uma biografia permite conceder mais atenção ao acaso, ao evento, aos encadeamentos cronológicos, [...] apenas ela pode dar aos historiadores o sentimento do tempo vivido pelos homens.

Concluindo essa primeira parte do artigo, cito as palavras de Prost (1996, p. 86) que, abordando o caso francês, resumem com precisão os encontros e desencontros entre história e biografia nas últimas décadas:

[...] a biografia estava plenamente legitimada pela história política. Os “Annales” lhe negaram todo o interesse, pois ela não permitia perceber os grandes conjuntos econômicos e sociais. Interrogar-se sobre um homem, e necessariamente sobre um homem conhecido,

pois os outros raramente deixaram traços, era desperdiçar um tempo que teria sido melhor empregado em descobrir o movimento dos preços ou em circunscrever o papel dos grandes atores coletivos como a burguesia. Nos anos 1950-1970, a biografia, individual e singular por definição, estava assim situada fora de uma história científica que se queria geral. Mas ela respondia a uma demanda do público. As grandes coleções conheceram um verdadeiro sucesso. Os editores solicitaram os historiadores que, seduzidos pela esperança de notoriedade [...] e atraídos pelos direitos autorais, aceitaram este trabalho encomendado e nele encontraram um interesse. Simultaneamente, a configuração teórica da história mudava. A esperança de uma história sintética, de uma história total, que permitiria uma compreensão global da sociedade e de sua evolução, esfumava-se. Tornava-se mais interessante compreender, a partir de casos concretos, os funcionamentos sociais, culturais, religiosos. Neste novo contexto, a biografia mudava de status e encontrou uma legitimidade. Mas esta não é mais exatamente a mesma biografia, e não é mais apenas aquela dos “grandes” homens: ela busca menos determinar a influência do indivíduo sobre os eventos do que compreender, através dele, a interferência de lógicas e a articulação de redes complementares.

A seguir, tentarei mostrar porque “esta não é mais exatamente a mesma biografia”...

Controvérsias em torno da biografia: o que há de novo?

Torres (1985, p. 141) afirmava, em 1985, que “um vento de biografia sopra hoje sobre a história”. Valendo-me de sua metáfora, prefiro dizer que esse “vento” vem de muito longe: ora ciclone, ora brisa, por vezes apenas um suspiro, mas sempre presente a bafejar sobre a história. No contexto historiográfico atual, o vento biográfico encontra janelas abertas, trazendo consigo antigas controvérsias e apontando para novas reflexões.

A primeira dessas controvérsias poderia ser: até que ponto as novas biografias são realmente novas? Em outras palavras, ocorreu uma verdadeira renovação do gênero ou apenas a retomada de uma antiga forma de escrita da história já tão criticada? Embora ciente do esquematismo da contraposição antigo/novo, acredito que a questão seja pertinente, pois, como salienta Petersen (1992), muitas vezes, sob a rubrica da novidade, travestem-se, a fim de escaparem à crítica, concepções sobre a história bastante ultrapassadas. No caso específico da biografia, são significativas as palavras de Le Goff (1989, p. 49-50):

O que me desola na atual proliferação de biografias é que muitas são um puro e simples retorno à biografia tradicional, superficial, anedótica, meramente cronológica, que se sacrifica a uma psicologia desatualizada, incapaz de mostrar a significação histórica geral de uma vida individual. É o retorno dos emigrados, após a Revolução Francesa e o Império que “nada aprenderam e nada esqueceram.

Apesar da inegável existência de um oportunismo acadêmico/editorial, acredito que muitos trabalhos biográficos produzidos recentemente apontam, sim, para uma renovação. Isso acontece, geralmente, quando seus autores levam em conta as críticas já feitas ao gênero, procurando integrá-las às suas preocupações.

Nesse sentido, uma das críticas mais comuns dirigidas às biografias é a de que elas seriam meras narrativas cronológicas, fatuais, sem preocupações explicativas e analíticas. Tal contestação partiu sobretudo do movimento dos “Annales” que, contra a história *événementielle*, defendeu a história-problema. Porém, mesmo na primeira geração da Revista, Lucien Febvre analisou trajetórias individuais sem abrir mão da perspectiva da história-problema. Nesse sentido, em *Le problème de l'incroyance du 16^e siècle*, por exemplo, o historiador partiu da trajetória de Rabelais para discutir o problema mais geral da possibilidade ou não do ateísmo no século XVI. Mais tarde, na fase Braudel, a biografia foi preterida em favor da história econômico-social e da temporalidade da longa duração. A retomada atual do gênero, pelo menos em certos casos, tratou de recolocar a possibilidade de articulação entre narrativa biográfica e história-problema.

Assim, alguns dos historiadores-chave da nova história francesa, herdeira e continuadora dos “Annales”, que antes tinham como objeto preferencial as mentalidades, coletivas por excelência, realizaram, nos últimos anos, bem sucedidas biografias nas quais a história-problema permanece como horizonte, sem que se abra mão da narração, parte essencial da escrita biográfica. Le Goff (1989, p. 49-51), por exemplo, considera que “[...] a biografia histórica deve se fazer, ao menos em um certo grau, relato, narração de uma vida, ela se articula em torno de certos eventos individuais ou coletivos – uma biografia não *événementielle* não tem sentido”. Porém, ele também questiona:

Agora que a história foi profundamente renovada, o historiador não é capaz de retomar, cientificamente e mentalmente melhor aparelhado, estes inevitáveis objetos da história que são o evento, a política, o indivíduo – compreendendo-se neste o “grande homem”, objetos outrora traídos por uma historiografia positivista redutora e mistificante que os “Annales” tiveram o grande mérito de combater vigorosamente? [...] Uma verdadeira biografia é inicialmente a vida de um indivíduo e a legitimidade do gênero histórico passa pelo

respeito a este objetivo: a apresentação e a explicação de uma vida individual na história. Mas uma história iluminada pelas novas concepções da historiografia.

Citando o exemplo de seu estudo sobre o rei da França Luís IX, o São Luís, Le Goff afirma:

Rei e santo, São Luís entra em uma categoria da Idade Média, aquela dos santos reis. Ele se conformou ao modelo desta categoria ou manifestou diferenças devidas à época ou ao que se pode reconhecer como sua individualidade? A biografia parte, assim, na tradição do espírito dos “Annales”, de uma questão, formula-se como um caso de história-problema.

De forma semelhante, Duby – que escreveu a biografia de Guilherme Marechal, cavaleiro medieval que foi regente do rei da Inglaterra Ricardo III (Duby, 1987) –, ao comentar as motivações que o levaram a realizar essa obra, declarou:

[...] eu podia ser acusado de trair o “espírito dos Annales”. Eu era, com efeito, o primeiro dentre os epígonos de Marc Bloch e Lucien Febvre a aceitar escrever a biografia de um “grande homem”. Mas na realidade não me desviava nem um milímetro de meu percurso. A única modificação – das mais importantes, reconheço – dizia respeito à forma. Eu estava voltando sem rodeios à narrativa. Contava uma história, seguindo o fio de um destino pessoal. Mas continuava atendo-me à história-problema, à história questão. Minha pergunta continuava sendo a mesma: que é a sociedade feudal? (Duby, 1993, p. 137-138).

Outra crítica muito comum feita aos estudos biográficos relaciona-se a um suposto elitismo natural do gênero, ou seja, ao fato de que os biógrafos, em geral, voltam sua atenção para os “grandes homens”, os representantes das elites políticas, militares e intelectuais, relegando à obscuridade os indivíduos das classes populares. Na historiografia atual, alguns autores parecem respaldar tal perspectiva. Le Goff (1989, p. 49-50), por exemplo, atribui essa limitação à escassez de fontes. Segundo ele, como a biografia histórica “[...] deve ser consagrada a um personagem sobre o qual possui-se o suficiente de informações, de documentos, ela tem boas chances de ser dedicada a um político ou a alguém que tenha ligações com a política. Ela tem, em todo caso, mais chances de ter por herói um ‘grande homem’ do que um homem comum”. Referindo-se especificamente à época de São Luís, Le Goff afirma: “Para o historiador, que está ligado aos documentos, é muito difícil, antes do século XIV no Ocidente, dispor de informações suficientes para escrever uma biografia outra que aquela de um personagem de primeiro plano”.

Entretanto, outros historiadores – com o uso de muita criatividade na localização e leitura de novas fontes ou na releitura de documentos conhecidos – têm conseguido iluminar as vidas de indivíduos comuns, de populares. Isso vem ocorrendo sobretudo por inspiração da micro-história italiana (Ginzburg, 1987), mas também em alguns trabalhos de historiadores franceses (Vovelle; Corbin, 1985, 1998). No Brasil, percebe-se um movimento semelhante, com a produção de biografias de militantes operários, escravos e ex-escravos, etc.⁹ Enfim, a qualificação de elitismo atribuída ao gênero biográfico não se sustenta diante de um exame da produção historiográfica atual, na qual a idéia de “história vista de baixo” já foi incorporada à análise de trajetórias individuais.

Este alargamento do panteão dos biografados remete a outro problema crucial: o da representatividade. É comum perguntar ao biógrafo em que medida o personagem por ele examinado representa a sua época, o seu grupo social, o seu país, o seu gênero, etc. O estranho é que tais questionamentos normalmente só são feitos aos “pequenos personagens”, como se a atuação de um “grande homem” justificasse por si só a realização de sua biografia (essa sim uma perspectiva elitista!). Afinal, soaria estranho perguntar pela representatividade de um Napoleão Bonaparte ou de um Getúlio Vargas...

Uma resposta possível à questão foi dada por Ginzburg (1987, p. 27). De acordo com ele, se a documentação permite, é plenamente justificável procurar estender o conceito histórico de indivíduo às classes mais baixas pois “alguns estudos biográficos mostraram que um indivíduo medíocre, destituído de interesse por si mesmo – e justamente por isso representativo – pode ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um estrato social inteiro num determinado período histórico [...]”. Além disso, por mais singular que seja um indivíduo – como é o caso do moleiro Menocchio por ele estudado – existem sempre pontos de contato entre suas práticas e suas idéias e as dos seus contemporâneos; afinal, todos compartilham, em maior ou menor grau, determinados códigos culturais. Nas palavras do historiador italiano:

[...] da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação. Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um.

Poder-se-ia ir mais longe e perguntar: o que é, enfim, representatividade? Ou: o que é um indivíduo representativo? Trata-se de uma representatividade estatística? Existe um “homem médio”? Quem representa quem, para além do sentido político da representação?

Parece-me que, ao invés de se pretender representativa, a biografia pode servir para introduzir o elemento conflitual na explicação histórica, para ilustrar, matizar, complexificar, relativizar ou mesmo negar as análises generalizantes que excluem as diferenças em nome das regularidades e das continuidades.¹⁰ Nesse sentido, é pertinente retomar o velho problema filosófico da relação entre indivíduo e sociedade e, por conseguinte, a tensão, exposta de forma tão bela por Tolstói em *Guerra e Paz*, entre liberdade e necessidade. Conforme Prost (2000, p. 14-15), faz parte do ofício do historiador examinar e hierarquizar as causas de um determinado fenômeno histórico. Essa ordenação ocorre, seguidamente, em função de um critério decisivo: a participação que os atores podem ter nas diferentes situações históricas.

Em uma das extremidades desta hierarquia, as tendências pesadas, os fatores massivos, aqueles sobre os quais os atores nada podem, que eles suportam sem poder lhes influenciar. Na outra extremidade, aqueles que dependem diretamente de sua intervenção. De um lado as coações, de outro a decisão. [...] O historiador não pode obviamente fundar sua explicação exclusivamente sobre as tendências pesadas ou sobre as intervenções dos atores; ele é obrigado a cruzar umas com as outras e a discernir, tanto quanto possa, suas imbricações recíprocas. Isto quer dizer que ele constrói um universo de responsabilidades sob coações, onde a fatalidade é excluída, mas onde a liberdade jamais é total. De acordo com o tipo de história, os historiadores são mais sensíveis ao peso das coações ou ao papel dos atores. A história econômica ou social está mais do lado dos constrangimentos. Na análise das crises, das grandes transformações como a industrialização ou a urbanização, e mesmo das correntes de pensamento como as Luzes, ela acentua a lógica das evoluções, a força das coisas. De seu ponto de vista, a margem de iniciativa dos atores parece em grande parte ilusória [...]. [Porém] não há crise sem banqueiros ou sem ministros de finanças, não há greve sem sindicatos, não há correntes de pensamento sem escritores. Inversamente, a história política, aquela dos erros e dos sucessos dos governos, aquela dos partidos, aquela das revoluções e dos golpes de Estado está mais do lado dos atores; ela acentua as decisões que influenciaram o curso das coisas, transformando a situação [...].

Parece-me que não cabe ao historiador – e, mais especificamente, ao historiador biógrafo –, e nem isso seria possível e desejável, resolver essa tensão que, afinal de contas, é basilar na tradição filosófica ocidental mas, ao contrário, cabe a ele mantê-la como constitutiva de sua explicação e da sua narração da história. Não se pode negar, contudo, que, na nossa época – quando a massificação do cotidiano e o controle social possibilitado pelas novas tecnologias de informação e comunicação fazem lembrar o “1984” de

Orwel –, os biógrafos têm se mostrado mais propensos a indicar os espaços de liberdade do indivíduo frente aos sistemas normativos vigentes, o que transparece na atenção dada às trajetórias de “desviantes” de todo tipo: heréticos, curandeiros, pensadores utópicos, revolucionários, feministas, etc.; aqueles que vão contra, enfim, as disciplinas e os padrões morais e sociais vigentes. Tal enfoque evidencia a tentativa de entender a história pelas margens e de responder, mesmo que tangencialmente, a uma questão existencial: qual é a nossa possibilidade de individuação, de criatividade, de intervenção no curso dos acontecimentos?

Esse questionamento conduz, também, a um problema ético: se o peso dos atores é decisivo, e o indivíduo não pode ser visto apenas como um produto das condições históricas, como se coloca a noção de responsabilidade individual? Afinal, a possibilidade da liberdade, mesmo que intersticial, leva a pensar não só na resistência à ordem estabelecida, mas também na participação de diversos personagens em atos de violência, repressão, opressão e extermínio.

A última crítica feita às biografias a ser abordada nesse artigo diz respeito à “ilusão” que as narrativas do gênero produziram: a ilusão de que a vida tem um sentido imanente, uma coerência e um fim. Bourdieu (1996, p. 184-190), entre outros, questionou o pressuposto, presente na maior parte dos trabalhos do gênero, “de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto [...]”. Para ele, ao contrário, os acontecimentos biográficos devem ser entendidos como “colocações e deslocamentos no espaço social” e as trajetórias dos indivíduos “como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”. Por conseguinte, a personalidade seria “o conjunto de relações objetivas que unificaram o agente considerado”.¹¹

Logo, a biografia não pode ser narrada como a revelação de um sentido já dado *a priori* ou como a realização de um plano pré-fixado e conhecido pelo historiador que parte de uma visão retrospectiva. Cabe, então, ao biógrafo, acompanhar o “fazer-se” (parodiando Thompson) do indivíduo ao longo de sua vida, levando em conta os diferentes espaços sociais por onde ele se movimentou, mas também suas percepções subjetivas, oscilações, hesitações e mesmo o acaso.

Finalizando, pode-se dizer que muitos historiadores, sem renunciar à biografia mas incorporando as críticas que a ela já foram feitas, têm mostrado que esse gênero já tão velho pode ainda renovar-se e apontar para novas possibilidades de se compreender, escrever e construir a história.

Notas

¹ A primeira versão deste artigo foi elaborada como parte do relatório final das atividades desenvolvidas durante um estágio de “bolsa sanduíche”, realizado no Centre d’Histoire Sociale du XX^e siècle – Université de Paris 1 – Panthéon-Sorbonne durante o primeiro semestre de 2000. Agradeço à Capes pela concessão da bolsa. Muitas das reflexões aqui apresentadas têm origem nas leituras e discussões feitas no seminário “L’expérience individuelle: la subjectivité et l’acteur dans les processus historiques”, coordenado pela Professora Sabina Loriga na École des Hautes Études en Sciences Sociales, a quem também agradeço.

² Ver, entre outros: Corbin, (1998); Duby (1987); Ginzburg (1987); Le Goff (1996 e 1999) e Vovelle (1985).

³ Sobre a noção de regimes de historicidade, ver também Koselleck (1990).

⁴ Salvo quando indicado, as traduções do francês são de minha responsabilidade.

⁵ Para uma visão diferenciada das biografias de Plutarco, ver o texto de Maria Aparecida de Oliveira Silva incluído nesse dossiê.

⁶ Nesse sentido, Madelénat (1989, p. 50) afirma que “o intimismo aparece sobretudo como uma das reações da burguesia à sociedade industrial de massa que engendra a semelhança e a promiscuidade [...]”.

⁷ Sobre a questão da liberdade e da necessidade em Tolstói, ver: Berlin (2002).

⁸ Saliente-se, entretanto, como exceção a essa afirmativa, as obras de Lucien Febvre consagradas a Lutero, Rabelais e Margarida de Navarra (Raminelli, 1990). Arnaud (1989, p. 40) apresenta um panorama semelhante no âmbito da literatura. Segundo ele, a biografia literária conheceu um eclipse no século XX, pois a idéia de explicar uma obra através da vida de seu autor foi desacreditada em favor da análise estrutural dos textos. Para os representantes dessa tendência, “a literatura pré-existe ao escritor. A obra quer a morte de seu autor para viver plenamente [...]”.

⁹ Para um balanço, ver: Schmidt (1998) e Xavier (2000).

¹⁰ Ver entrevista de Sabina Loriga incluída neste dossiê.

¹¹ Chamo a atenção para a pertinente crítica de Clos (1989, p. 38) a essa perspectiva. De acordo com o primeiro, Bourdieu, buscando diferenciar-se do subjetivismo, acabou caindo em uma “ilusão sociologizante”, ao deixar de lado a “topologia subjetiva” do sujeito, substituído pelo “agente”, cujos atos são vistos apenas como adaptações a diferentes espaços sociais. Clos considera que “ao experimentar as relações sociais que o constituem, o sujeito, liberado a si mesmo, e freqüentemente sem sabê-lo, faz funcionar a dialética das possibilidades e impossibilidades subjetivas que sua história sedimentou”.

Referências bibliográficas

- ANNALES HSS - Dossiê: Le temps désorienté, n. 6, nov./dez. 1995.
- ARNAUD, Claude. Le retour de la biographie: d'un tabou à l'autre. *Le Débat*, n. 54, mar./abr. 1989.
- BERLIN, Isaiah. O ouriço e a raposa. *Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BONHÔTE, Nicolas. Tradition et modernité de l'autobiographie: les "Confessions" de J.-J. Rousseau. *La Licorne: Le travail du biographique*, Publication de l'UFR de langues et littératures de l'Université de Poitiers, n. 14, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- CARLYLE, Thomas. *Les héros*. Paris: Editions de Deux Mondes, 1997.
- CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994.
- CLOS, Yves. La otra ilusion biográfica. *Historia y fuente oral*, II, 1989.
- CORBIN, Alain. *Le monde retrouvé de Louis-François Pinagot: sur les traces d'un inconnu (1798-1876)*. Paris: Flammarion, 1998.
- DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Zahar/UFRJ, 1993.
- DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- FRAZIER, Françoise. *Histoire et morale dans les "Vies parallèles" de Plutarque*. Paris: Les Belles Lettres, 1996.
- GAY, Peter. *A experiência burguesa: da Rainha Vitória a Freud: o coração desvelado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HARTOG, François. O tempo desorientado. Tempo e história. "Como escrever a história da França?". *Anos 90*, Porto Alegre, PPG em História da UFRGS, n. 7, julho 1997.
- KOSELLECK, Reinhart. *Le futur passé: contribution à la sémantique des temps historiques*. Paris: EHESS, 1990.
- LE GOFF, Jacques. Comment écrire une biographie historique aujourd'hui? *Le Débat*, n. 54, mar./abr. 1989.
- _____. *Saint François d'Assise*. Paris: Gallimard, 1999.
- _____. *Saint Louis*. Paris: Gallimard, 1996.
- LEJEUNE, Philippe. La passion du "je". In: CHAUCHAT, Catherine. *L'autobiographie: "le mots" de Sartre*. Paris: Gallimard, 1993.
- MADELÉNAT, Daniel. *L'intimisme*. Paris: PUF, 1989.
- PETERSEN, Sílvia. Algumas interrogações sobre as tendências recentes da historiografia brasileira: a emergência do novo e a crítica do racionalismo. *LPH. Revista de História*, v. 3, n. 1, 1992.
- PROST, Antoine. Como a história faz o historiador? *Anos 90*, Porto Alegre, PPG em História da UFRGS, n. 14, dez. 2000.
- _____. *Douze leçons sur l'histoire*. Paris: Seuil, 1996.
- RAMINELLI, Ronald. Lucien Febvre no caminho das mentalidades. *Revista de História (Nova Série)*, São Paulo, USP, n. 122, jan.-jul. 1990.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

ROMANTISME, Revue du Dix-Neuvième Siècle – Dossier “Images de soi: autobiographie et autoportrait au XIX^e siècle”. Paris, n. 56, 1987.

SCHMIDT, Benito Bisso. Trajetórias e vivências: as biografias na historiografia do movimento operário brasileiro. *Projeto História*, São Paulo, PUC/SP, n. 16, fev. 1998.

TADIÉ, Jean-Yves. *Introduction à la vie littéraire du XIX^e siècle*. Paris: Bordas, 1970.

TOLSTOI, Léon. *Guerre et paix*. Paris: Éditions de Poche, 1974.

TORRES, Félix. Du champs des Annales à la biographie: reflexions sur le retour d’un genre.

PROBLEMES et méthodes de la biographie. Actes du colloque. Paris: Sorbonne, n. 3-4 maio 1985.

VOVELLE, Michel. *Théodore Desorgues ou la désorganisation. Aix-Paris, 1763-1808*. Paris: Seuil, 1985.

WEINBERG, Achille. La biographie historique: un genre mineur? *Sciences humaines. Les récits de vie*, n. 102, fev. 2000.

XAVIER, Regina. Biografando outros sujeitos, valorizando outra história: estudos sobre a experiência dos escravos. In: SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Ed. da Unisc, 2000.